



C.C:

Exmo(a) Sr(a)
CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa Referência:
S/725/2021

Data:
15-01-2021

Assunto: consulta Prévia ” para “Prestação de Serviços Bancários – Sistema de Débitos Diretos, Via SIB's e TPA's”, pelo período de 36 meses nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos de 31 de agosto com mas alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 111 – B / 2017 de 31 de agosto

Convidam-se V.ªs Exas., nos termos do disposto no n.º1 do art.º 115.º do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.), aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi introduzida pelo Decreto Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto a apresentar proposta para a e **“Prestação de Serviços Bancários – Sistema de Débitos Diretos, Via SIB's e TPA's**, cujas quantidades e especificações técnicas, bem como e referência a aspetos essenciais, constam do caderno de encargos, anexo ao presente convite, nos seguintes termos:

1 - Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é o Município de Arganil, sito na Praça Simões Dias, Apartado 10, 3304-954 Arganil, com os números de telefone 235200150, fax 235200158, endereço eletrónico geral@cm-arganil.pt e plataforma eletrónica utilizada www.acingov.pt.

2 – Decisão de Contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil, através do seu despacho exarado da INF/DAGF/24/2021 no uso da competência própria que lhe é conferida pelo disposto nas alíneas f) e g) do n.º1 do art.º 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto na alínea a) do n.º1 do art.º 18.º do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ainda vigente, por força do disposto na alínea f) do n.º1 do art.º 14.º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.

3 - Documentos que constituem a proposta

3.1 A proposta, é acompanhada pelos seguintes documentos, nos termos do disposto no art.º 57.º do CCP, os quais são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa:

3.2 Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com

o modelo constante do anexo I ao CCP, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, da qual se anexa cópia;

3.3 Declaração do concorrente comprovativa de que a empresa não se encontra abrangida pelo disposto no n.º3 do artigo 69.º do anexo ao Decreto Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o qual aprova o Código do Procedimento Administrativo, elaborada em conformidade com o modelo em anexo (Anexo III), nos termos previstos no n.º 4 do citado artigo, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, da qual se anexa cópia;

3.4 Documento que contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;

3.5 Documento que, contenha os termos ou condições relativo a aspetos da execução do contrato não submetido à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;

3.6 Certidão do registo comercial da empresa ou o seu código de acesso online;

3.7 Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º1 do art.º 57.º.

3.8 A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente na referida declaração.

3.9 Os documentos que instruem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

3.10 No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do ponto 1, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes.

3.11 Os documentos que acompanham a proposta, tal como a proposta, serão apresentados diretamente em plataforma eletrónica, nos termos referidos na cláusula 4.ª.

4 – Prazo e modo para a apresentação das propostas:

1. O concorrente manifesta à entidade adjudicante, na proposta, a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. O preço total proposto deverá ser expresso em euros, por extenso e algarismos, o qual não deverá incluir o valor do IVA, devendo o concorrente referir que aquele acresce o IVA e a taxa aplicável.
3. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública da **AcinGov**, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>, observando o disposto nas alíneas seguintes:

a) Prazo para apresentação das propostas: Até às 23h59 do dia **5.º (quinto) dia após envio do presente convite**.

b) Prazo de manutenção das propostas: 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas;

c) A proposta deve ser colocada na plataforma e em caso de dificuldade para aceder e utilizar a plataforma eletrónica, o concorrente deve contactar o serviço de apoio ao cliente da empresa Acingov S.A. – 707 451 451, disponível nos dias úteis das 8h30m às 19h:00m.

d) A proposta deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, por

quem tem poderes para obrigar a empresa. O concorrente que não disponha de um certificado de assinatura eletrónica referida no número anterior, quando efetua o seu registo como fornecedor do estado, deve em simultâneo solicitar a emissão de um certificado de assinatura eletrónica qualificada emitida por uma entidade certificada pelo CEGER.

5 – Elementos da Proposta:

5.1 O Preço total da proposta, com a indicação expressa da não inclusão do IVA e que ao mesmo acresce aquele imposto à taxa legal em vigor;

5.2 Lista de preços unitários e no ficheiro de excel denominado *lista_artigos_proposta*;

5.3 Prazo de validade da proposta (mínimo: 66 dias).

Nota:

Deverá ser feita apresentado o valor 0,00€ no caso de se aplicar a gratuidade em alguma das alíneas anteriores.

6 - Documentos de Habilitação

6.1 - O Concorrente adjudicatário, deverá, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, apresentar através de plataforma eletrónica, designadamente os seguintes documentos de habilitação, nos termos do disposto nos art.ºs 81.º a 83.º do CCP, sendo de três dias o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II cuja minuta se anexa às peças do presente procedimento;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

6.2 - Os concorrentes adjudicatários, deverão no mesmo prazo, apresentar ainda o cartão de cidadão ou número de contribuinte e bilhete de identidade da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato.

6.3 - Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 82.º do CCP.

6.4 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 82.º do CCP.

6.5 - Todos os documentos carregados na plataforma devem ser assinados com a assinatura digital qualificada do representante legal da empresa.

7 - Critério de adjudicação

As propostas serão analisadas de acordo com o critério do mais baixo preço.

8 – Valor e modo de prestação da caução

Não é exigível a prestação de caução nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 88 do C.C.P. aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dado pelo Decreto-lei n.º111-B /2017 de 31 agosto com as alterações vigentes.

No entanto, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, de acordo com o previsto do n.º 3 do referido art.º 88.º.

9 - Prazo de validade da proposta

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta pelo prazo de 66 dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o disposto no art.º 65 do C.C.P.

10 – Propostas variantes

Não é admissível a apresentação, pelos concorrentes, de propostas variantes, nos termos do disposto no art.º 59.º do CCP.

11 – Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 115.º do C.C.P.

Em tudo o omissis aplicam-se as disposições legais em vigor designadamente o previsto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como o previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dado pelo Decreto Lei n.º 111 – B/ 2017 de agosto com as alterações vigentes e na demais legislação em vigor sobre o objeto do presente procedimento.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara



Luís Paulo Carreira Fonseca Costa
15-02-2021